



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Helena Caúla Reis

65
lan

DESAFORAMENTO Nº 196940-2 - LIMOEIRO

REQUERENTE: Bruno Feliciano Moura da Silva.

REQUERIDA: Justiça Pública.

206

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

REVISOR: Des. Antônio de Melo e Lima.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

PROCESSUAL PENAL. DESAFORAMENTO. ALEGAÇÃO DE DÚVIDA QUANTO À IMPARCIALIDADE DO JÚRI E ABALO À SEGURANÇA DO ACUSADO. AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA CONFIRMAR AS ALEGAÇÕES EXPENDIDAS. INEXISTÊNCIA DE MOTIVOS CONCRETOS PARA QUE SE DETERMINE O DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA. MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU DE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - A suspeita quanto à parcialidade dos jurados, bem como o abalo à segurança do acusado, deve ter por base situação concreta e relevante, que demonstre a insegurança na realização do julgamento na Comarca de origem, e/ou a predefinição do Conselho de Sentença a respeito do seu veredicto, com base em circunstâncias que refogem à simples análise meritória.

II - No caso dos autos, os documentos acostados aos autos pelo requerente não se mostraram suficientes para confirmar a existência de qualquer repúdio da comunidade local em relação a sua pessoa, suficiente para motivar a insegurança na realização do julgamento, ou a tendência do Corpo de jurados em decidir pela sua condenação. Ademais, o magistrado de primeiro grau e o Órgão do Ministério Público manifestaram-se contrários ao pedido, apresentando argumentações que desconstituem a versão dos fatos trazidos pelo requerente.

III - Pleito indeferido, indiscrepantemente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Desaforamento nº 196940-2, oriundo da Vara Única da Comarca de Limoeiro, em que figuram como partes as retronominadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de 20/01/2010, à unanimidade de votos, em indeferir o pedido, tudo consoante parecer ministerial, relatório e votos digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

Desa. Helena Caúla Reis
Presidente/Relatora



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Helena Caúla Reis

59
pm

TR-
JUSTIÇA-
PE

DESAFORAMENTO Nº 196940-2 - LIMOEIRO

REQUERENTE: Bruno Feliciano Moura da Silva.

REQUERIDA: Justiça Pública.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

REVISOR: Des. Antônio de Melo e Lima.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

207

RELATÓRIO

Bruno Feliciano Moura da Silva, qualificado às fls. 02 dos autos, requereu que fosse desaforado o julgamento a que deverá submeter-se, pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal Pátrio (processo nº 223.2003.000165-9).

Em as suas razões, assevera o requerente, em síntese, que o pedido está baseado na dúvida quanto à imparcialidade do corpo de jurados e na necessidade de resguardar a sua segurança, argumentando que a comunidade de Limoeiro repudia publicamente a sua pessoa, pelo fato de ser ele acusado de outro crime de homicídio, perpetrado contra sua ex-mulher, o qual, segundo suas alegações, teria gerado forte comoção social, **"como nunca se viu na cidade de Limoeiro"**. afirmou, ainda, que esse segundo crime foi amplamente divulgado pela mídia, e, embora não guarde relação direta com o homicídio em epígrafe, sua repercussão acabou por dar ao réu o "rótulo" de culpado por qualquer outro delito da mesma natureza, fato que implicaria na alegada imparcialidade.

Requereu, ainda, em sede de liminar, o deferimento imediato do pleito em tela, para que a Sessão de Julgamento, designada para o dia 09 de outubro do corrente ano, já fosse realizada na Comarca de Carpina (razões de fls. 02/07 e documentos de fls. 12/17).

O magistrado de primeiro grau prestou as informações solicitadas, manifestando-se contrariamente ao pedido (fls. 31/33).

O pedido de provimento urgencial restou indeferido por esta Relatoria (fls. 35/36).

Instado a se manifestar, o membro do Ministério Público atuante na 1ª Instância pugnou pelo indeferimento do pleito (fls. 50/57).

A Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do Exmo Sr. Dr. Renato da Silva Filho (fls. 55/56), opinou pelo acolhimento da pretensão em tela.

É o relatório. À douta Revisão.

Recife, 30 de outubro de 2009.

Des. Helena Caúla Reis

Relatora



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Helena Caúla Reis

DE JUSTIÇA
208

DESAFORAMENTO Nº 196940-2 - LIMOEIRO

REQUERENTE: Bruno Feliciano Moura da Silva.

REQUERIDA: Justiça Pública.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

REVISOR: Des. Antônio de Melo e Lima.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

208

VOTO DA RELATORA

Consoante dito no relatório, o presente pedido de Desaforamento está arimado na suspeita de parcialidade do Conselho de Sentença e na suposta necessidade de resguardo da segurança do réu, ora requerente.

Conforme se depreende dos autos, Bruno Feliciano Moura da Silva foi pronunciado como incurso nas penas do artigo 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal, sob a acusação de ter, em 13.10.02, em comunhão de designios com outro indivíduo, assassinado José Oliveira Ferreira de Souza.

Como é sabido, segundo o artigo 427 do Código de Processo Penal, deve ser deslocada a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, quando o interesse da ordem pública o exigir ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado. Nesses dois últimos casos, que fundamentam o presente pleito, deve ser constatada, para seu deferimento, situação concreta e relevante, que demonstre a insegurança na realização do julgamento na Comarca de origem, e/ou a predefinição dos jurados a respeito do seu veredicto, com base em circunstâncias que refogem à simples análise meritória.

No caso dos autos, entretanto, não entendo preenchidos tais requisitos. Segundo o magistrado de primeiro grau, as alegações referentes ao suposto repúdio da comunidade local em relação ao acusado, que teria supostamente motivado, inclusive, a suspensão da primeira data designada para o julgamento, diante da revolta dos populares, que estariam tentando "fazer justiça com as próprias mãos", são absolutamente desprovidas de qualquer suporte fático, não tendo havido, naquela oportunidade, qualquer manifestação contra a pessoa do acusado.

Apenas, como é normal no interior, havia a presença de diversas pessoas, para assistirem ao julgamento, e de alguns familiares da sua ex-esposa, cujo assassinato é também atribuído ao requerente. A audiência restou inexitosa não pela "falta de segurança" para sua realização, mas, sim, pela ausência de advogado de defesa.

Ainda segundo o douto julgador, os procedimentos envidados pelos policiais responsáveis pela segurança da Sessão de Julgamento, onde um deles teria saído do local da audiência vestindo a camisa do acusado, com um capuz, não tinha por objetivo "confundir" a multidão agressiva, ansiosa em atingir a integridade física do réu, mas, sim, apenas resguardar-lhe a segurança, da maneira que comumente se procede naquela Comarca, em qualquer julgamento.

A simples divulgação do segundo crime em tese praticado pelo réu na mídia local, não é fato que, isolado, permita a concessão do presente pleito. Se assim fosse, difícil seria manter o



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desa. Helena Caúla Reis



209

Julgamento de crimes dolosos contra a vida nas Comarcas de origem, diante da facilidade com que esses delitos são divulgados, notadamente pelo veículo televisivo. Seria necessário, sim, a comprovação de que tais divulgações, aliadas a outras circunstâncias concretas, estivessem gerando uma situação deveras insustentável, que implicasse, diretamente, na imparcialidade dos Jurados, e na segurança pessoal do réu.

Ressalte-se, por oportuno, que a Sessão de Julgamento, redesignada para 09 de outubro próximo passado, também não se ultimou naquela data pela ausência, por mais uma vez, de causídico para proceder com a defesa do recorrente, tendo o magistrado, naquela oportunidade, consignado em ata o seu inconformismo com a necessidade de remarcação da audiência, sempre motivada pela renúncia, e conseqüente habilitação de novos advogados, às vésperas de sua realização, parecendo tratar-se de manobras da Defesa para protelar a realização do Júri (documento em anexo).

Importante referir que a pretensão em testilha não foi instruída com qualquer elemento de prova apto a confirmar as alegações expendidas, estando elas isoladas, frente aos esclarecimentos prestados pelo magistrado de primeiro grau, e às constatações do Parquet, que também se manifestou, veementemente, contra o deferimento do pedido.

Em assim sendo, concluo que não assiste razão ao requerente, sendo imperativa a manutenção do julgamento do requerente - Bruno Feliciano Moura da Silva - pelo Tribunal do Júri da Comarca de Limoeiro, indeferindo-se, portanto, o pedido, cabendo, em caso de nova ausência da defesa, a nomeação defensor, pelo Juiz Presidente do Júri, nos termos da legislação adjetiva penal.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

Desa. Helena Caúla Reis

Relatora



210



71

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

DESAFORAMENTO nº 0196940-2

REQUERENTE: Bruno Feliciano Moura da Silva

REQUERIDO: O Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATORA: Desa. Helena Caúla Reis

REVISOR: Des. Antonio de Melo e Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Senhores Desembargadores,

Trata-se de pedido de desaforamento relativo ao julgamento do processo nº 223.2003.000165-9, da 1ª Vara da Comarca de Limoeiro/PE, pleito alicerçado no atual art. 427, do CPP.

O desaforamento, como se sabe, tendo em vista a repercussão dos fatos narrados, bem como, eventuais influências exercidas sobre o corpo de jurados, é medida excepcional de derrogação da competência *ratione loci*, retirando o julgamento da causa de seu Juiz Natural, o Tribunal do Júri da localidade onde se deu o evento criminoso, para estabelecer a competência ao Júri de outra comarca, cuja necessidade é de ser aferida objetivamente, diante dos acontecimentos locais.

A regra geral é que os réus sejam julgados no distrito da culpa, por seus pares, em consagração ao princípio consubstanciado no aforismo *ubi facinus perpetravit, ibi poena reddita* (onde foi cometido o crime, aí deve ser dada a pena), sendo o deslocamento dessa competência, baseado no interesse da ordem pública. Por este motivo a exceção deve vir fulcrada em elementos concretos de convicção, a cimentarem seu deferimento.

No caso destes autos, tenho que o pedido deve ser indeferido.

O requerente alega que responde, além da presente ação penal, a outro processo criminal pela suspeita da prática do crime de homicídio contra a sua esposa Gerda Maria Oliveira. Afirma, ainda, que referido crime teria causado grande comoção social na cidade de Limoeiro, vez que a vítima era bastante conhecida na localidade. Sustenta, assim, que o Corpo de Jurados, comovido



211



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

com o crime praticado contra a consorte do acusado, teria predisposição a condenação do réu Bruno Feliciano no processo em questão.

Ocorre, todavia, que para o desaforamento do julgamento pelo Tribunal do Júri é preciso existir comprovação da imparcialidade dos Jurados ou perigo à segurança pessoal do acusado.

No caso *sub examine*, afirmou o Magistrado de Primeira Instância que (fls. 31/33):

“...não houve qualquer manifestação por parte da população contra a pessoa do acusado... da família de Gerda se fez presente apenas duas (02) irmãs, o que é perfeitamente compreensível, já que independentemente da presença de Bruno, seu irmão Fernando Antônio iria a julgamento, junto com o Bruno, seu cunhado, no próximo dia 09/10, acusados da morte de José Oliveira Ferreira de Souza, em 2002; o fato de um policial haver saído com a camisa do acusado e um capuz, é muito comum e faz parte de esquemas policiais. Veja-se que no pedido não fala em qualquer ato de apuros ou agressividade da ‘decantada multidão’. Não houve necessidade de reforço policial... a alegada ‘comoção social como nunca se viu na cidade de Limoeiro’ pode ser atribuída a dois fatores: a um, estratégia da defesa e, a dois o fato do advogado nunca ter militado nesta cidade. No tribunal do Júri, com certeza... Douta Relatora, presido o Tribunal do Júri desta Comarca há mais de doze (12) anos. Diversos julgamentos de grande repercussão na mídia e na sociedade, inclusive de pessoas de grande projeção na sociedade, foram realizados e nunca ocorreu qualquer anormalidade. Não temos conhecimento de qualquer movimento ou ameaça à pessoa do réu, de modo a comprometer sua insegurança e das pessoas que participarem do julgamento. Quanto à suspeita de imparcialidade dos membros do Conselho de Sentença: não se afigura demais repetir que o réu irá a julgamento pela acusação de fato ocorrido em 2002, sem qualquer repercussão. Os membros integrantes do Conselho de Sentença são pessoas idôneas, qualificadas e com capacidade para distinguir o crime em julgamento da nova acusação, ainda em sede de investigação policial.”



212



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Percebe-se, assim, que inexiste qualquer risco à segurança do requerente, nem à imparcialidade do Conselho de Sentença, não havendo, assim, motivos concretos para o desaforamento do julgamento em questão.

Por outro lado, é sabido que as informações do magistrado têm extrema relevância, pois se trata de autoridade judiciária, isenta e imparcial, mais próxima dos fatos e das pessoas nele envolvidas e, na hipótese sob apreciação, o Exmo. Juiz de Direito não recomenda a medida pretendida.

Sobre tal pedido, manifestou-se o Ilustre Procurador de Justiça (fl. 56):

“ A regra é que o julgamento ocorra na Comarca em que se verificou a conduta tida como delituosa. Os argumentos esboçados na petição inicial são frágeis e surgem, apenas, como uma estratégia da defesa no intuito de protelar a efetivação do Júri. Tanto isso é verdade que, mantida a sessão, não foi a mesma realizada em face da ausência dos advogados. Ademais, não cabe ao réu escolher onde deva ser julgado. Por fim, a circunstância de responder a duas ações penais sob a acusação de homicídios também não é motivo a ensejar o desaforamento.”

Ante ao exposto, acolhendo o lúcido parecer do douto Procurador de Justiça, voto pelo indeferimento do pedido de fls. 02/11, devendo ser mantido o julgamento do requerente Bruno Feliciano Moura da Silva pelo Tribunal do Júri da Comarca de Limoeiro/PE.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Revisor